

## **PROPOSTAS APROVADAS PELO**

### **1º SEMINÁRIO NACIONAL DE CARREIRA SINASEFE**

Organização:

CND (Elenira Vilela, Jane Ventura, Júlio Mangini, Marco Vezzani, Narà Quadros, Pedro Ribeiro)

e

CNS (Aliomar da Silva, Beatriz Palaoro, Marília Matsumoto, Micilandia Pereira, Weliton Cley do Rosário)

Apoio:

Administrativo: Clebivan Costa, Lúcia Ferreira, Raquel Kotnick, Regilaine Mendonça

Divulgação e cobertura jornalística: Mário Jr, Monalisa Resende

Comunicação Visual: Flávia Destri

Multimídia: Jessé Morato

Sistematização das propostas: Ederson Matsumoto (Japa)

Apoio no registro fotográfico: Maysa Bazana

#### **Encaminhamentos por Tema**

##### **a) Jornada de Trabalho e Controle das Atividades**

1. Defesa da extinção do Ponto Eletrônico.
2. Defesa do mínimo de 8h/aula e máximo de 16h/aula para Docentes 40h e DE.
3. Que a DN se posicione contra toda forma de assédio moral e opressão sobre os trabalhadores, à guisa do controle de jornada.
4. Considerar tempo de deslocamento na jornada de trabalho.
5. Posicionar-se contra redundância de controle de atividades dos docentes (exemplo: boletins, diários, ponto, planilha, relatórios).
6. Defesa de que os TAEs possam propor atividades de pesquisa e extensão e que estas atividades, bem como as atividades sindicais sejam incorporadas a carga horária dos TAEs.
7. Que a CND, CNS e assessoria jurídica, com suporte da DN, emitam Nota Técnica do Sinasefe Nacional sobre jornada de trabalho dos IFs.
8. Que a CND, CNS e assessoria jurídica, com suporte da DN, emitam Nota Técnica do Sinasefe Nacional com orientações sobre o trâmite administrativo/judicial, para retirada do ponto docente e técnico.
9. Que a CND, CNS e assessoria jurídica, com suporte da DN, emitam Nota Técnica do Sinasefe Nacional sobre relação 30h e aposentadoria no tocante a possíveis prejuízos na contagem de tempo, serviço e salário.
10. Defesa de que haja consideração de carga horária para atividades sindicais sem prejuízo da defesa da liberação do representante sindical.
11. Que seja realizada luta contra qualquer forma de assédio sobre os servidores, justificada pelo controle de jornada.
12. Repúdio à impossibilidade de que qualquer servidor, quando cobrado de registrar suas atividades, não possam registrar o trabalho efetivamente realizado.

## **b) Condições de Trabalho:**

1. Defesa pelo reconhecimento do indivíduo como pessoa enquanto servidor/trabalhador.
2. Posicionamento contra o assédio moral no ambiente de trabalho.
3. Defesa da exigência de estudo prévio de condições de trabalho, antes de unificação de instituições/Campi.
4. Reivindicação de melhores condições de trabalho e materiais, principalmente nos novos Campi (da expansão). Exemplos: falta de água para beber e difícil acesso.
5. Reivindicação do pagamento de adicional noturno, da forma correta, inclusive judicialmente, pelas seções.
6. Reivindicação de ambientes de trabalho e salas de aulas funcionais e adequadas ao ambiente de trabalho.
7. Reivindicação de melhores condições de trabalho dos terceirizados.
8. Reivindicação de novos concursos.
9. Reivindicação de auxílio transporte, inclusive para os campi em municípios que não há transporte público regulamentado.
10. Reivindicação de transporte institucional para visitas técnicas.
11. Que o Sinasefe posicione-se contra ameaças de exoneração e demissão, por perseguição política ou assédio nas instituições da nossa rede.
12. Moção de Repúdio ao SIGA (sistema) e à portaria 256/2016 de dimensionamento dos IF.
13. Criação de campanha incentivando servidores à procurar apoio nas seções sindicais quando se sentirem perseguidos, assediados ou ameaçados com PADs e Sindicâncias.
14. Realização, pela CND, CNS e assessoria jurídica, com suporte da DN, de levantamento dos desvios de função em todos os cargos e carreiras.
15. Que a CND, CNS, com suporte da DN, cobre das Instituições condições de trabalho para membros da CIS, CPPD, conselhos e comissões afins.
16. Criação da Pasta de Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador na direção do Sinasefe.
17. Que o Sinasefe defenda que os professores não efetivos tenham as mesmas condições de trabalho em relação aos professores efetivos.

## **c) Capacitação:**

1. Equiparação de vagas para qualificação profissional entre Docentes e TAEs.
2. Reivindicação de alteração da Lei da Carreira dos TAEs, inserindo dispositivo que permita afastamento para qualificação durante estágio probatório em paralelo à carreira EBTT. Baseado no art.30 da Lei 12.772/2012.
3. Oferta de cursos de formação sobre carreira por material digital e impresso, além de vídeos.
4. Realização de Seminário sobre Condições de Trabalho e Assédio Moral.
5. Apresentação da carreira para novos servidores, bem como, das comissões que os representam (CIS e CPPD).
6. Contratação de TAEs e Docentes substitutos para reposição da força de trabalho durante afastamento para qualificação.
7. Posicionamento contra a priorização da gestão no afastamento para qualificação.
8. Que a CND, CNS, com suporte da DN ofereça capacitação de membros de comissões (CPPD, CIS, CEPE e CONSUP).

9. Exigências de editais públicos e transparentes que estabeleçam critérios claros e justos para afastamento para qualificação.
10. Definição de critérios inerentes a cada carreira para concorrer a bolsas de qualificação.
11. Repúdio à obrigatoriedade de que um TAE aceite, em documento, as responsabilidades de outro servidor que solicite afastamento para qualificação.
12. Repúdio à necessidade de autorização do chefe imediato para que o TAE possa participar de pesquisa e extensão.
13. Solicitação, junto ao Jurídico do Sinasefe, de um parecer sobre a exigência de diplomas referentes a titulação, indicando que a ata de defesa possa ser aceita para tanto.
14. Exigência de transparência nos critérios relativos à escolha dos cursos de treinamento e capacitação, assim como na escolha dos participantes. Inclusive com participação da CIS e CPPD.
15. Alerta à categoria sobre os prazos para licença capacitação.
16. Que o Sinasefe defenda que o tempo de afastamento para capacitação/qualificação conte como tempo de serviço para aposentadoria especial de docente.
17. Que a CND e a CNS, com suporte da DN, solicite parecer ou nota técnica do jurídico do Sinasefe sobre quando o servidor faz jus ao recebimento do Incentivo à Qualificação.
18. Que o Sinasefe apoie a realização do fórum nacional da CIS–em 2018. Com realização de fóruns regionais prévios.
19. Promoção de debates de ética das e nas práticas sindicais, combatendo as práticas agressivas, adocedoras, de assédio moral e de falta de urbanidade nas relações entre dirigentes sindicais nas seções e no Sinasefe Nacional.
20. Realização de campanhas e debates sobre denúncias contra reitores que perseguem servidores.
21. Que o Sinasefe Nacional cobre aos gestores que, na elaboração do PDI, contemplem a inserção da previsão de formação do servidor com reserva de vagas em curso de pós- graduação ou na criação de cursos específicos para TAEs.
22. Que Sinasefe defenda que as bolsas de capacitação e incentivo à Pós-graduações fomentadas pela CAPES sejam equivalentes para Docentes e Técnicos Administrativos da Educação Federal.
23. Que o Sinasefe defenda a previsão de capacitação e qualificação dos servidores do PGPE.
24. Que a CND, a CNS e a DN proponham uma metodologia que contemple formação previa na base sobre carreira e a realização de seminário nacional em 2018.
25. Realização do 2º Seminário de Carreira do Sinasefe.
26. Realização de atividades sobre Assédio Moral, Adoecimento e Suicídio de trabalhadores, com cuidados sobre a abordagem e a capacidade de cuidados com pessoas que sofrem (sofreram) com essas questões de maneira a que tenham suporte para lidar com essas questões.
27. Fazer vídeo e material de esclarecimento explicando a categoria a posição do Sinasefe pela não adesão ao PDV. Em conjunto com outras campanhas contra os ataques que o Sinasefe já vem promovendo

#### **d) Magistério Superior:**

- |  |
|--|
| 1. Que o Jurídico do Sinasefe Nacional busque a responsabilidade pelo descumprimento da Lei 11.784/2008, art.24, que trata do Magistério Superior-MS.          |
| 2. Que a CND faça um levantamento do quantitativo de professores do MS na rede Federal de Ensino, para subsidiar o encontro de membros do magistério superior. |

#### **e) Gestão**

- |   |
|---|
| 1. Que o Sinasefe acentue a luta para alteração da Lei 11.892/2008 para permissibilidade legal da eleição e nomeação de TAEs com nível superior para Diretor Geral e Reitor, independentemente do cargo efetivo ocupado, observados os demais requisitos estabelecidos na legislação vigente. |
| 2. Que o Sinasefe elabore uma proposta de minuta para subsidiar a revisão da forma como discentes avaliam docentes para progressão institucional.   |
| 3. Que o Sinasefe faça a defesa dos Institutos federais e da rede federal da educação, ressaltando também a identidade da rede para sua defesa e dos seus servidores.   |
| 4. Que o Sinasefe, através de nota de repúdio, lançada pela DN, amparada pela assessoria jurídica, posicione-se contra o cerceamento da liberdade de expressão para servidores, especialmente dos dirigentes sindicais, no tocante a posicionamentos em publicações.                          |
| 5. Que em todos os seminários haja discussão de um projeto de gestão das instituições.  |

#### **f) Greves Anteriores:**

- |  |
|--|
| 1. Que o Sinasefe exija, inclusive judicialmente, o cumprimento do acordo de greve 2015. |
|--|

#### **g) PCCTAE**

- |   |
|---|
| 1. Que o Sinasefe subsidie rediscussão/remodelagem proposta do Sinasefe de Racionalização de cargos do PCCTAE como mediação para carreira única, organizando cargos por áreas (exemplo: TAE nível x/ área)  |
| 2. Que o Sinasefe realize discussões mais sistemáticas com a Fasubra e Andes na tentativa de proposta de carreira única por meio de seminário de carreira SINASEFE/FASUBRA/ANDES.   |
| 3. Que o Sinasefe defenda mobilização, acompanhamento sistemático e socialização com a base dos trâmites para regulamentação dos cargos e descrições via Instrumento legal adequado de forma urgente em razão da insegurança jurídica ocasionada pela revogação do ofício circular 15/2005-Mec e instituição da portaria 01/2017-Mec. |
| 4. Que o Sinasefe reivindique alteração da Lei da Carreira dos TAEs inserindo dispositivo que permita o pagamento de bolsas em paralelo à carreira EBTT (exemplos: ensino, pesquisa, extensão, UAB, entre outros programas).  |
| 5. Que o Sinasefe defenda mobilização e defesa do PCCTAE  |
| 6. Que o Sinasefe defenda reivindicação mudança de categoria, de nível D para nível E, dos Intérpretes e Tradutores de Libras.  |
| 7. Que o Sinasefe subsidie orientação da base acerca dos desvios de função.   |
| 8. Que o Sinasefe defenda fortalecimento do Plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), por meio da reposição de perdas salariais para os níveis superior, intermediário e auxiliar.   |

9. Que o Sinasefe defenda a equivalência proporcional de aumento de salário concedido ao nível superior para todos os outros níveis (intermediário, auxiliar, etc.) quando criado e também reestruturado o PCCTAE.
10. Que o Sinasefe subsidie o debate acerca da criação do regime de Dedicção Exclusiva (DE) para os Técnicos Administrativos.
11. Que o Sinasefe defenda a criação de Lei com projeção de reajustes salariais para o plano de carreira PCCTAE, vez que não tem atualmente nenhuma perspectiva de reajuste.
12. Contra Reforma Trabalhista e Terceirizações. O Sinasefe vai encampar a busca por assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa popular que revoga as leis da Reforma Trabalhista e a das Terceirizações.
13. Estudar a possibilidade do SINASEFE passar a representar os terceirizados que trabalham em nossas instituições.

#### **h) RSC**

1. Que haja pressão para a implantação do RSC para todos os TAEs, a partir de proposta apresentada pelo Conif e da CNS do Sinasefe, alterando os critérios para facilitar o acesso das carreiras A, B, C, D e aposentados.
2. Que o Sinasefe proponha debate para elaboração de minuta para prova de título em concurso para cargos TAE, onde a pontuação remete a vida funcional, como participação em comissões, fiscalização de contratos, conselhos, tempo de serviço na carreira TAEs, etc.
3. Que o Sinasefe defenda a prioridade, por parte das CPPDs, a análise de RSCs dos aposentados.
4. Que o Sinasefe defenda a Implantação de RSC para aposentados.
5. Que o Sinasefe indique que haja equiparação na contagem de pontos para fins de RSCs dos cargos comissionados haja equiparação com o exercício da regência.

#### **i) Substitutos**

1. Que o Sinasefe realize discussões com Fasubra e ANDES sobre proposta de Técnicos Substitutos por meio de seminário de carreira Sinasefe/Fasubra/ANDES.
---

#### **j) CND e CNS**

1. Criação da CND no âmbito do MEC, nos moldes da CNS.
2. Debate de carreira com Fasubra e Andes na perspectiva da construção da carreira única.
3. Realização de Seminário Nacional sobre Carreira Única.
4. Paridade entre ativos e aposentados.
5. Criação de comissão com membros da DN e servidores do Ex-Território para dar suporte em enquadramento, carreira e transposição.
6. Reivindicação junto ao Governo, para que os técnicos das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa e ex-territórios possam optar pela migração para PCCTAE e docentes destas instituições possam optar pela migração para o magistério federal.
7. Realização de campanha de esclarecimento sobre os riscos do PDV.
8. Inserção de reunião da CIS e CPPD no programa do seminário de carreira.

9. Recuperação dos GTs Carreira.
10. Inserção dos Ex-territórios nas comissões.
11. Cobrança de que a DN garanta o funcionamento da CND e CNS, e que, uma vez por mês, pelo menos um membro de cada comissão realize plantão na sede do Sinasefe.
12. Defesa do cumprimento da Lei de estruturação da Carreira docente no cumprimento dos percentuais devidos à DE.
13. Retomar e reforçar a luta histórica dos aposentados quanto ao reenquadramento na reestruturação ou estruturação da carreira, assegurado o direito adquirido da posição relativa ao final da carreira na data da aposentadoria.
14. Fazer um levantamento do quanto os SPFs descontam para previdência social.
15. Começar a construir um sindicato nacional da educação, que represente todas as categorias de trabalhadores da educação, desde à educação infantil à pós-graduação.
16. Divulgação do Relatório da CPI da Previdência como instrumento de luta da classe trabalhadora contra a Contrarreforma da Previdência.
17. Fazer um levantamento do quantitativo de arrecadação de recurso para a Previdência Solidária do Serviço Público, para também usar como argumento no combate à Contrarreforma da Previdência e à MP 805/2017.
18. Contra os projetos apresentados de regulamentação da greve no serviço público.

#### **k) Ataques do Governo**

1. Cobrar encaminhamento sobre MP 805/2017.
2. Defesa pela revogação da Medida Provisória N°805, de 30 de outubro de 2017, que postergou os efeitos financeiros dos próximos reajustes salariais para os docentes, reduziu o valor da ajuda de custo e auxílio moradia, bem como, alterou o percentual de contribuição social do servidor público, e que atinge diretamente todos os servidores públicos, incluindo os aposentados. Incorporar a nossa Luta contra e realizar ação jurídica contra.
3. Posicionamento contra a terceirização. Que o Sinasefe encampe a campanha iniciada pela CUT quanto ao projeto de iniciativa popular que revoga a reforma trabalhista e a lei de terceirizações.
4. Repudiar os cortes orçamentários, principalmente os que incidem em benefícios estudantis.